

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 162

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PMDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE DEZEMBRO DE 1998
(quarta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 471/98.

Sala das Sessões, em 02.12.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 490/98, que concede Título de Cidadão à dupla Chitãozinho e Xororó.

Sala das Sessões, em 02.12.98.

(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM que seja realizada votação nominal, para o Projeto de Lei nº 471/98, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a reestruturação e venda das ações da COPEL, item 20 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.12.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Irineu Colombo, Edgar Bueno, Péricles Mello, Renato Adur, Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, Doutor Rosinha, Ângelo Vanhoni, Paulo Gorski, José Maria Ferreira, Nereu Moura e Antonio Annibelli.

REQUERIMENTO Nº 1984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Sr. Orlando Pereira, falec-

ido no último dia 30 de novembro, neste Estado.

Do aprovado, requer ainda, seja enviada cópia à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.12.98.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações à Professora Maria Aparecida Madalosso, da Escola Sete de Setembro da linha São Brás, Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 02.12.98

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, promoveu um concurso de redação denominado "Agrinho" e que contou com a participação de centenas de milhares de alunos de todo o Paraná e uma das vencedoras foi a estudante Franciele Fátima Bernardi, da Escola Sete de Setembro da linha São Brás, Município de Capitão Leônidas Marques, onde a Maria Aparecida Madalosso é professora.

Teve repercussão em todo o Estado a notícia, fato que propiciou notória satisfação e alegria à comunidade marquiesense, bem como ao Oeste Paranaense. A auspiciosa conquista merece sim registro nos anais desta Casa de Leis, até para que sirva de exemplo aos professores e alunos, de que, com seriedade, vontade e esforço é possível marcar posição e atingir objetivos.

Evidentemente que a jovem aluna tem todos os méritos pelo excelente resultado. Sinal de aplicação, discernimento, inteligência e preparo. Porém, sem uma boa estrutura que permitisse os avanços talvez os resultados fossem diferentes. E é aí que entra o trabalho da equipe, por todos os setores envolvidos e concluído com o significativo trabalho realizado pela professora, que na verdade teve um papel fundamental na transmissão dos ensinamentos.

Por isso é justo também homenagear a laboriosa classe do magistério na pessoa da educadora Maria Aparecida Madalosso.

REQUERIMENTO Nº 1973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de congratulações à Franciele Fátima Bernardi, aluna da 4ª série da Escola Rural Municipal Sete de

Setembro da linha São Brás, Município de Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 02.12.98

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Franciele Bernardi, aluna de uma escola rural de Capitão Leônidas Marques, foi a grande vencedora do concurso "Agrinho de Redação", promovido pelo SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e que contou com a participação de 700 mil alunos do ensino fundamental do Paraná.

Com apenas 10 anos de idade a jovem aluna, demonstrou maturidade, grau de inteligência superior a excelente desenvoltura com o tema escolhido para redigir. Trata-se na verdade de um grande feito, principalmente tendo em vista que Franciele, reside no interior do município. E é sabido que são enormes as dificuldades para receber uma boa qualidade de ensino. Daí, reside a intenção da homenagem proposta, até para que sirva de exemplo aos demais estudantes do Paraná. Jamais se pode desanimar. É preciso lutar sempre, visando melhorar e se destacar, nem que para isso seja preciso esforço incomum, garra, determinação e a superação de todos os obstáculos.

Também é preciso enfatizar que toda a população de Capitão Leônidas Marques se engalanou pela expressiva conquista, fato que vem demonstrar avanços significativos na área da educação do município. Além é claro de tornar público a grandeza e o desenvolvimento marquiesense.

REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ao duto Plenário o envio de votos de congratulações à Câmara Municipal de Irati pela apresentação, pelo ilustre Vereador Mário Pianaro Ângelo, de emenda à Lei Orgânica daquele município que regulamenta a licença ao servidor público eleito para o cargo de dirigente sindical, a exemplo do já regulado pela Constituição do Estado do Paraná no § 2º do art. 37.

Tal pedido se justifica pelo inegável avanço que a aprovação da emenda pela Câmara Municipal de Irati propiciará à relação entre os servidores públicos daquele município e a administração municipal, condição essencial de desenvolvimento no cenário econômico que se apresenta par a próxima quadratura histórica.

Sala das Sessões, em 02.12.98

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Senhor Heinz Georg Herwig, solicitando providência cabíveis, indispensáveis e urgentes, no sentido de recuperar a pavimentação asfáltica da Rodovia BR-487, trecho que liga o Município de Nova Tebas ao Município de Pitanga, com início na ponte sobre o Rio Sobrinho.

Sala das Sessões, em 2.12.98

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O referido trecho é caracterizado como uma importante via de acesso e de escoamento das safras, sendo que encontra-se atualmente em péssimo estado de conservação, causando com frequência acidentes e outros transtornos para os seus usuários.

O teor deste requerimento representa os anseios da população e de várias lideranças desta produtiva região do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1977

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Hauer, os quais pedem policiamento ostensivo em um terreno baldio existente na Rua Paulo Setúbal, ao lado do nº 1874, durante o dia e madrugada, tendo em vista que o local está servindo como ponto de encontro de usuários de drogas. Promovem algazarras, som muito alto, causando pânico nos moradores. Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 02.12.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Sítio Cercado - Bairro Novo C, os quais pedem policiamento ostensivo na Rua Dr. Lauro Gentil Portugal Tavares e proximidades, devido os assaltos que ocorrem com muita frequência. A presença de policiais com certeza proporcionará maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 02.12.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Santa Edwirges - Município de Almirante Tamandaré, os quais pedem policiamento ostensivo na Rua Três e proximidades, devido o vandalismo praticado por desocupados que jogam pedras nas residências, no período noturno. A presença de policiais com certeza proporcionará maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 02.12.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, e ao Diretor-Presidente da COPEL, Sr. Ingo Hubert, solicitando esclarecimentos quanto à continuidade e regularidade dos programas sociais de reassentamento das famílias residentes em áreas atingidas pelos reservatórios, e se estes compromissos serão mantidos após a privatização da Companhia.

Sala das Sessões, em 02.12.98

(a) IRINEU COLOMBO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 498/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O art. 1º, da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Estado do Paraná, nos termos desta lei, autorizado a efetuar pagamento de indenização às pessoas presas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 e 06 de abril de 1984, ainda que condenadas com base na Lei de Segurança Nacional, e que tenham ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná, em quaisquer de suas dependências.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.98

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 11.255/95 não faz justiça, de modo integral, àqueles que foram vitimados por atos de exceção no período autoritário. Ao prever o pagamento de indenização aos presos políticos que tenham sido detidos entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, acabou, por exemplo, por excluir aquele que foi o último preso político do Brasil, o Jornalista de Foz do Iguaçu, Juvêncio Mazzarollo.

Na verdade, o ciclo de prisões políticas realizadas sob a égide da Lei de Segurança Nacional só teve fim com o advento da libertação do mencionado jornalista, fato que ocorreu em 06 de abril de 1984.

Esse caso, notório pela ampla repercussão que teve, implicou em pena de prisão no período compreendido entre setembro de 1982 e abril de 1984, cumprida em dependências do Estado do Paraná, primeiro na Prisão Provisória do Ahú e posteriormente na sede do Corpo de Bombeiros localizada no Bairro do Portão, em Curitiba.

Assim, para que a reparação promovida pela lei em referência seja plena, necessário se faz sua alteração de modo a alcançar todos os que vitimados pelo arbítrio de triste memória.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER

Sr. Presidente e Srs. Deputados, convidados que estão nas galerias, me inscrevi no Grande Expediente, nessa tarde, para tecer alguns comentários no que diz respeito ao processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica COPEL.

Esta semana todos nós, parlamentares, recebemos inúmeros documentos sobre esse tema que é a privatização da COPEL. Documentos, uns com maiores profundidade, outro com menor profundidade, porém todos eles tratando o tema da COPEL. E como tenho a certeza, por conviver nesse parlamento já há 8 anos, da dedicação dos Srs. Deputados, acredito, lemos os documentos e temos condições agora, isenta de qualquer paixão, de votar o projeto de lei.

A COPEL, Empresa Paranaense da qual pretendo fazer um pequeno histórico, se deu sua formação em meados da década de 50, mas somente na década de 60 que passou a ter uma ação mais efetiva, quando começou a encampar as várias peque-

nas Usinas de Produção de Energia Elétrica do nosso Estado.

Chamo a atenção para um fato, a COPEL detém hoje a concessão de inúmeras pequenas Usinas, algumas delas de caráter municipal, cuja concessão foi dada a COPEL, e não a qualquer outra Empresa Privada que, porventura, venha comprar a COPEL. Portanto, é concessão de serviços a qualquer município, a partir da privatização da COPEL, deverá, no nosso entendimento, fazer concorrência públicas para contratação de outros serviços, uma vez que vai buscar no mercado a energia mais barata. Caso a CEMIG ofereça energia mais barata para determinado município, entendemos que esse município deve contratar a CEMIG e não a COPEL, uma vez que já esta privatizada.

A COPEL por uma vontade pública de governantes do passado, passado até recente do nosso estado, foi construída graças a poupança do povo paranaense.

A primeira Usina a ser construída, Parigot de Souza, com a produção de 250 megawatts, e a partir daí umas outras Usinas foram sendo construídas. Essa empresa foi crescendo chegando ao tamanho que é hoje, sendo considerada em julho/98, com a maior empresa do Estado do Paraná. pela Revista Exame, de julho deste ano. Ela também recebeu o prêmio nacional "Top of Mind" pelo segundo ano consecutivo. Quer dizer, é uma empresa que dá lucro, que é eficiente, que atua no desenvolvimento social e econômico do nosso estado. Na área social e econômica, atua, só para lembrar, em todos os municípios paranaenses. Tem inserção no meio acadêmico através de convênios com universidades para a criação de laboratórios, pesquisa, etc. É uma empresa que trabalha direta e indiretamente na geração de empregos. Colabora com a socialização de áreas urbanas, tem uma política em defesa do meio ambiente, faz o pagamento dos royalties para municípios e patrocina eventos técnicos e científicos. É uma empresa que tem atuado direta e indiretamente inclusive na área de educação, como na questão com toda a crítica que fazemos a Faxinal do Céu, que é uma empresa que busca muito mais resolver ideologicamente o problema do Governo, do que a qualidade de ensino, também tem o dedo da COPEL.

Essa empresa eficiente tem, como única empresa de energia do país, suas ações negociadas na Bolsa de Nova Iorque. Atua em vários outros Estados do nosso país, em alguns países da América latina, sendo, inclusive, a única empresa de energia a ter contrato assinado e atuando na China. E a COPEL avançou ainda mais e mais nas suas atividades, efetuando a compra de ações da SANEPAR junto com o Consórcio Liberal que são as empresas Andrade Gutierrez e Vivendi, adquirindo 39,71%

do capital votante da SANEPAR e 35,16% do capital total da SANEPAR.

Quero até chamar a atenção, que primeiro ela entrou no leilão, comprou as ações, depois é que foi aprovado pelos acionistas da COPEL este tipo de ação. Os acionistas da COPEL não foram consultados, inclusive de acordo com a Ata da reunião realizada dia 30 de junho de 98, teve o voto contrário do Sr. Maurício F. dos Santos. A COPEL também tem atuado na área de gás com a COMPAGÁS, ela assinou contrato com a PETROBRÁS assegurando o fornecimento de gás natural da Bolívia. A distribuição de gás para as indústrias paranaenses que terá início no começo do ano que vem, está também a ação da COPEL.

Comprou, depois, de Lei aprovada na Assembleia Legislativa, 45% do capital social da SERCONTEL Telecomunicações e 45% do capital social da SERCONTEL Celular no valor de 186 milhões 486mil. Toda essa eficiência da COPEL tem por trás de si um corpo diretivo e um Governador que ao longo dos últimos anos, tem prestado informações incorretas ou não tem prestado informações ou tem mentido para a opinião pública, enganando-a. Chamo a atenção para como o Sr. Ingo tem mentido para o povo do Paraná. A Revista COPEL Informações, órgão oficial praticamente da COPEL traz uma entrevista com o Presidente da Empresa Ingo Hubert no mês de junho de 96. É feita a pergunta que provavelmente ele deve ter selecionado antes essas questões.

É perguntado a ele o seguinte: Se a COPEL está bem por que tantas críticas negativas? Que explicações o senhor tem para os Copelianos?

Diz o Sr. Ingo: Em primeiro lugar quero tranquilizar os copelianos quanto a sua principal preocupação que é seu emprego, sua remuneração, sua aposentadoria e seu bem-estar, incluindo o de suas famílias. Prossegue com outras especificações, quando nova pergunta é feita a ele: Diante desse quadro, por que então os ataques? Diz o Sr. Ingo: Que os ataques vêm de opositores do Governo Jaime Lerner, aliás, uma minoria no quadro político paranaense, repetindo o que afirmou o Governador: Seria ingênuo supor que a Oposição apoiasse mesmo as melhores ações do Governo.

Infelizmente, é assim, que muitos ainda praticam a política reprovando e distorcendo mesmo o que é bom, é o que diz ele, que a Oposição reprova e distorce o que é bom.

Ainda perguntado novamente sobre essa questão das críticas, feita a seguinte pergunta: Muitas críticas a esse modelo, considera que se trata de um dos passos no sentido de privatizar a COPEL? Responde o Sr. Ingo: A COPEL por decisão do Gov-

erno do Estado não será privatizada, quem afirma o contrário, a essa altura está agindo de má fé.

O Governador Jaime Lerner já reiterou várias vezes, que a COPEL não está a venda nem será privatizada. Isso quem afirma ou afirmava é o Presidente da COPEL, Sr. Ingo, quem está de má fé neste momento? Ele? Ou a chamada Oposição que ele dizia que agia de má fé? Quando teve boa fé ou boa vontade na administração da COPEL, o Sr. Ingo anunciou de favorecer o setor privado deste Estado e esteve mais a serviço deste Setor do que da população paranaense. Os atos da COPEL sob a sua gestão e a do Governo Jaime Lerner tem demonstrado a quem está sendo, quem foi favorecido e quem será favorecido ao longo da privatização e das vendas das ações desta empresa.

Ainda, pergunto a ele nova questão, os copelianos podem então estar tranquilos sobre os destinos da COPEL? Começa a responder esta questão e lá pelas tantas diz: A COPEL é corresponsável pelo desenvolvimento do Paraná, e terá participação decisiva nessa fase de transformação para melhor pelo que passa o Estado. A atuação eficiente da empresa é estratégica, diz o Sr. Ingo, para os planos de desenvolvimento do governo estadual, garantia de suprimento confiável de energia elétrica, foi por exemplo fundamental para a vinda da RENAULT, a COPEL aliás, participou integralmente das negociações que culminaram com a decisão da empresa, da fábrica francesa instalar-se no Paraná. Outros investimentos virão, de novas empresas e também de empresas que já operam no Estado, alguns deles do mesmo porte ou até maiores do que a RENAULT.

Os belgas que choraram a perda de 4 mil empregos, vieram para cá, quando veio a RENAULT para cá para instalar-se aqui.

Provavelmente, nós paranaenses, não choraremos a perda de 4 mil empregos ou a não criação de 4 mil empregos, nós choraremos ao ver uma empresa, a maior empresa paranaense sendo explorada pelo setor privado que não terá o compromisso com o desenvolvimento deste Estado que não terá compromisso social nem econômico.

Ainda chamo a atenção de como os nossos Governantes que diziam que a Oposição agia de má-fé, foi tratando a questão da COPEL como uma entrevista dada pelo Sr. Governador Jaime Lerner, na Folha de São Paulo, do dia 22.12.97. Na entrevista saiu a manchete no Paraná: PFL é contra as privatizações. E no texto diz: "Lerner também não admite privatizar a COPEL (Companhia Paranaense de Energia), e mesmo a venda do BANESTADO (Banco do Estado do Paraná) não é garantida". O detalhe é que ao se colocar contra as privatizações, Lerner se choca com um dos princi-

país dogmas do PFL, seu partido, a defesa radical da desestatização.

Diz Jaime Lerner, eu não vou atrás de modismo, justifica o Governador, Para quem? O que é bom para os outros Estados, não é necessariamente bom para o Paraná.

Acredito em qual Jaime Lerner, esse do dia 12.12.97, ou o atual? Qual deles está mentindo para a população paranaense? Essa é a questão que também tem que se fazer. Não só o senhor Ingo mentia, ao dar a entrevista própria da entidade a qual ele preside.

Mente o Senhor Governador na Folha de São Paulo, do dia 12.12.97. Como acreditar nos futuros 4 anos daqui para a frente, com esse tipo de comportamento, e com essa falta de compromisso com a população paranaense, e com o desenvolvimento do nosso Estado?

Quero, Srs. Deputados, chamar a atenção que a COPEL está comprometida com setores empresariais do nosso Estado, responderei qual se chama INEPAR. O Sr. Atilano Oms Sobrinho esteve nesta Casa, no primeiro ano de legislatura, e aqui afirmou que a INEPAR não tinha interesse na COPEL.

Pois bem, Srs. Deputados, no dia 03.09.96, tenho cópia do documento em minhas mãos, uma reunião da COPEL e a INEPAR. Objetivo da reunião: iniciar conversação a respeito da COPEL no consórcio para a exploração do serviço móvel celular em Banda B, data, 03.09.96, quando a COPEL não poderia atuar nessa área, a INEPAR já estava se reunindo com a COPEL para discutir a sua atuação.

Ponto de vista do consórcio de acordo com os documentos que eles fizeram, o resumo da reunião:

“Existe interesse em utilizar as linhas de transmissão (dentro, inclusive, do Projeto INFOPAR) e linhas de distribuição para interligação de sistemas.

Item 3.2) Espaço em subestações e outros tipos de quaisquer de prédios, visando a instalação de sistema de rádio e antenas.

3.3) Utilizar a rede de agência da COPEL para a venda e ativação de aparelhos celulares, bem como o recebimento de contas, vinculadas ou não à fatura de energia elétrica.

3.4) Acessar informações cadastrais da COPEL, com o objetivo de obter insumos para a avaliação do mercado para serviço celular.

Próximos passos.

A COPEL enviará a INEPAR lista de endereços (se possível coordenadas geográficas ou UTM) de todas as instalações disponíveis.

4.2) A INEPAR enviará à COPEL cópia de material pertinente ao assunto.

4.3) A COPEL avaliará como viabilizar a implantação desse Projeto internamente, incluindo aspectos legais e comerciais.

Senhores Deputados, não existia lei naquele momento para este tipo de aspecto legal de atuação da COPEL. Data, repito, 03 de setembro de 1996.

Outras reuniões participaram: Motorola Internacional Network Ventures, Companhia Suzano de Papel e Celulose, INEPAR S/A, DDI Corporation e COPEL. Com os respectivos endereços e as pessoas responsáveis com documento assinado.

No dia 31 de outubro de 1996, novamente uma reunião onde foi discutido um novo protocolo de entendimento entre a COPEL, a EQUITEL, a Furukawa, a INEPAR, cujo um de seus sócios foi tesoureiro da campanha de Jaime Lerner. Vários assuntos foram tratados e entre eles visando implantar um sistema ótico para explorar serviços de transmissão de dados, voz, sinais e imagens utilizando a infra-estrutura da COPEL, no Estado do Paraná. Em 25 de junho de 1996, manifestaram interesse e firmaram um protocolo de entendimento com o objetivo de realizar os estudos as seguintes empresas: COPEL, EQUITEL, Furukawa e INEPAR. Em 25/96 foi concluído o estudo de viabilidade e apresentado às respectivas empresas. Tal documento também com as respectivas assinaturas dos representantes de cada empresa.

Houve a quantificação preliminar dos recursos físicos e humanos a serem empregados para a realização do empreendimento, com todos os estudos e os mapas fornecidos pela COPEL.

No dia 31 de outubro de 1996 é assinado o compromisso de constituição de consórcio celebrado entre a COPEL, EQUITEL, INEPAR para a implantação do sistema ótico de transmissão. Senhores Deputados, este foi assinado acompanhado de toda a documentação de viabilidade deste consórcio para explorar o sistema de transmissão de fibras óticas. A Lei, a Mensagem nesta Casa no dia 21 de março de 1997, quando, inclusive, o compromisso de constituição do consórcio já estava firmado desde 31 de outubro de 1996.

Aí, em 21 de março chega a proposta do governo com o seguinte Anteprojeto de lei que aqui foi aprovado e a Bancada do Partido dos Trabalhadores, na ocasião votou contra.

(Lê):

“ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica acrescentada a alínea “e”, ao parágrafo único do art. 9º, da Lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953, com a seguinte redação:

e) desenvolver atividades na área de transmissão de informações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos, de telefonia celular e outras

atividades de interesse para a COPEL e para o Estado do Paraná, ficando autorizada, para estes fins e para os previstos nas alíneas “b” e “c”, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou companhias com empresas privadas.”

Quando aqui chegou a Lei, já está selado o consórcio entre a INEPAR, Furukawa, EQUITEL E COPEL.

Isto demonstra aquilo que foi afirmado na Comissão de Constituição e Justiça pelo Deputado José Maria: sabemos que rumo está tomando a COPEL e quais são as empresas que estão se habilitando, entre aspas, porque têm informações privilegiadas do processo que está ocorrendo dentro da COPEL, essas empresas têm relacionamento comercial mercantil que vai além do consumo de energia; mas sim a constituição de consórcios, a constituição, vamos chamar entre aspas, de “compadrius” que foram constituídos ao longo dos últimos quatro anos.

Se a nível nacional no BNDES tivemos a gravação de alguns telefones, mesmo que ilegal, está demonstrando qual o caráter que ganhou a privatização das telecomunicações no nosso país. Se porventura algum dia sair alguma fita da COPEL mostrará também essa ligação, que a nível nacional podemos chamar de promíscua, podemos constatar se porventura tiver algum tipo de gravação esse mesmo tipo de relação.

Houve alguns outros documentos que temos, demonstrando o que aqui estou falando.

Cabe também perguntar qual foi a resposta que a EMBRATEL recebeu, quando em 28 de junho de 1996, com o objetivo de explorar o mesmo setor que a INEPAR se interessou, a EMBRATEL enviou correspondência à COPEL na qual pedia, solicitava a interligação urbana em Curitiba através de fibra ótica. Qual será que foi o resultado que a COPEL enviou ao Sistema TELEBRÁS? Seria interessante termos a resposta. Também qual é o acordo assinado entre a COPEL e a Renault uma vez que houve uma reunião, ou mais que uma reunião, e aqui temos as anotações de uma, feita no dia 28 de junho.

Senhores Deputados, entre essas, provavelmente outras irregularidades existirão, como por exemplo edital de construção de Caxias, de Salto Caxias, que provavelmente a hora que for analisar algumas licitações que a INEPAR ganhou, como foram feitas essas licitações uma vez que nunca tivemos acesso a todo o processo, ou o processo de inteiro teor? Se a COPEL apresenta essas distorções que coloquei e trabalha sem transparência e sem democracia o que podemos votarmos aqui hoje a não ser talvez um voto de lamento por perder a maior empresa paranaense, que gostaria que todos os Senhores Deputados que votarem com o Governo não virem as costas para a história do nosso

Estado, leiam a história daqui dez, quinze, ou vinte anos, assumam junto às suas bases e às suas consciências a destruição do patrimônio público, do qual Jaime Lerner não é proprietário e vai usar para o seu bem pessoal, uma vez que pessoalmente como homem público ele não consegue mostrar, demonstrar e justificar a situação econômica do nosso Estado hoje.

Chamo a atenção que a privatização dessa empresa significa jogar na mão de empresas, talvez até de capital internacional, todo o poder econômico de desenvolvimento energético do nosso Estado.

O grupo Belga, Breaktebal, comprou as usinas de Salto Osório e Salto Santiago no Rio Iguaçu através da ELETROSUL. Se ela entrar agora, comprar as Usinas de Foz do Areia, Segredo e Salto Caxias, ela não será dona só da produção de energia, será dona do Rio Iguaçu, e lá vai limitar vários outros tipos de ações de caráter econômico, social, inclusive até de lazer. E por que valor será vendida a COPEL, esse patrimônio de mais de quatro bilhões? Será que atingirá um bilhão e meio? Ou ficará como a ELETROSUL de valor de cerca de quatro bilhões, e é privatizada por novecentos milhões.

Os quatro mil empregos que os belgas perderam na RENAULT, eles buscarão com juros e correção monetária se comprarem as três usinas da COPEL.

Na questão de tarifas, não vou ficar explicando, mas simplesmente vou recorrer ao que escreve o Luiz Nacife, na Folha de São Paulo: nos tempos de estatal da LIGHT comprava energia de Furnas com 35 dólares. A estatal tinha dezessete mil funcionários e privatizada tem onze mil.

Na Internet pode-se pegar todos os valores, todas as tarifas da LIGHT são superiores, mesmo que pouco, às tarifas da COPEL, hoje. Esse gráfico de acesso, também da Internet, mostra que enquanto o consumo de energia, o consumo de residências aumentou, o valor da tarifa tem subido com as privatizações.

Senhores Deputados, nossos convidados que visitam a Assembléia Legislativa, a privatização da COPEL é o maior prejuízo que o Governador Jaime Lerner está trazendo para o nosso Estado. Acredito que talvez até maior prejuízo do que o rombo efetuado na BANESTADO LEASING - que não sou eu que estou denunciando o rombo, o próprio Presidente do BANESTADO pediu à Polícia Federal para investigar -, quando foram comprados os títulos das dívidas públicas de Alagoas e de São Paulo e de outros Estados.

A venda da COPEL é prejuízo superior a isso. Lula, quando na ocasião da privatização das telecomunicações, afirmou que era para a criação de caixa

dois de campanha. Hoje, com as gravações vindo à tona, está se mostrando que Lula tinha razão.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. DR. ROSINHA

Aqui, no Paraná, a principal interessada como demonstrei é a INEPAR, tesoureira da campanha de Jaime Lerner.

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno.

Ausente. Concedo a palavra ao PMDB, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nestes sete minutos que tenho no Horário da Liderança do PMDB, pretendemos dar conhecimento à Casa do Ofício nº 068/98, assinado pelo Senador Roberto Requião e endereçado ao Dr. José Pio Borges de Castro Filho, Presidente do BNDES, que diz respeito à discussão e a encaminhamento de votação do Projeto nº 471/98, que trata da reestruturação da COPEL e do pedido de empréstimo, nos pronunciaremos por ocasião da discussão da matéria e da votação. Diz o ofício do Senador Roberto Requião:

(**Lê**):

“Senhor Presidente.

Tomei conhecimento de que o atual Governador do Estado do Paraná enviou mensagem à Assembléia Legislativa daquele Estado propondo a aprovação de lei que autorize a dar em caução e alienar as ações da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL. Segundo fontes do Governo, parte das ações seria imediatamente dada em caução para levantamento de empréstimo junto a esse Banco, seguindo-se o processo de alienação das demais com vistas à privatização da companhia. Estou informado, de outro lado, que o Governador do Estado está lançando mão de todos os meios de pressão e coerção sobre os deputados paranaenses, a fim de que o projeto seja convertido em lei em prazo recorde, antes mesmo de completar uma semana do envio da mensagem.

Manifesto a Vossa Senhoria, na condição de ex-Governador e atual representante daquele Estado no Senado Federal, minha mais veemente indignação com a atitude do Governador, que através de manobras de bastidor está tentando debilitar o patrimônio público paranaense, desfazendo-se açodada e levemente de companhia sólida e altamente rentável simplesmente para

cobrir necessidades de caixa, fruto da má-gestão da receita pública em seu governo. Pois não é segredo que o empréstimo buscado junto a esse Banco destina-se ao pagamento da folha de pagamento dos servidores públicos, engordada substancialmente na atual gestão em razão da criação de novas secretarias e várias centenas de cargos em comissão para apadrinhados, na mais absoluta dissonância com as diretrizes da moderna administração pública.

Entendo ser da minha, responsabilidade procurar impedir que os objetivos do atual Governador sejam alcançados, por me parecer inadmissível e altamente lesivo ao patrimônio público do meu Estado que a COPEL, seja alienada da forma e para o fim que se pretende. De outra parte, vejo no oferecimento em caução de parte das ações para a obtenção de empréstimo junto a esse Banco uma forma de burla o inciso VII do Art. 52 da Constituição Federal, que atribui ao Senado Federal o poder de dispor sobre os limites de endividamento externo e interno dos entes de direito público.

É minha intenção, bem por isto, adotar as medidas legais cabíveis para obstar a alienação da companhia e o oferecimento em caução de suas ações para a obtenção de empréstimo, inclusive recorrendo ao Poder Judiciário, seja para resguardar o patrimônio estadual - com ajuizamento de ação popular (Lei nº 4717, de 29 de julho de 1965, art. 1º) e denúncia ao Ministério Público para o ajuizamento de ação pública (Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, art. 1º, V) seja resguardar as prerrogativas do Senado da República - com o encaminhamento de representação para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985).

Pareceu-me que esta minha disposição devia ser levada ao conhecimento de Vossa Senhoria, que agora responde pelo mais importante Banco de fomento de nosso País, e por isto também é responsável pela tutela do patrimônio público.

Aproveito a oportunidade para expressar a Vossa Senhoria a minha respeitosa consideração.

(a) SENADOR ROBERTO REQUIÃO

PMDB-PR

Exmo. Sr.

Dr. José Pio Borges de Castro Filho

DD. Presidente do BNDES”

Fiz a leitura deste ofício, Sr. Presidente, por entender que é necessário que fique registrado nos Anais desta Casa, a posição, não só nossa, dos Deputados Estaduais que aqui têm se manifestado, mas que se registre nos Anais da Assembléia Legislativa, neste momento em que se discute a reestruturação da COPEL, ou, no meu entender a desestruturação da COPEL, que fique registrada a manifestação, a

posição, a opinião, o ponto de vista do nosso Senador, Roberto Requião, eleito com uma votação das mais expressivas nas eleições de 1994, e que nestas eleições de 1998, em 4 de outubro, não tendo sido eleito Governador, mereceu assim mesmo da população do Paraná, uma expressiva votação, a ponto de ter ficado atrás de quem se elegeu, apenas e tão somente, qualquer coisa ao redor de 5% dos votos válidos conferidos.

É portanto uma opinião de quem conhece a realidade do Paraná, porque Governou esse Estado. É a opinião de quem conhece a realidade da COPEL, porque foi seu Governador e conheceu por dentro essa empresa. É a opinião de quem conhece os caminhos que devem ser seguidos, dentro de uma política de endividamento público, já que no seu Governo, quando encerrado por Mário Pereira, o Paraná devia apenas 1 bilhão e 395 milhões. E ao final deste ano, quando pudermos verificar os balancetes e irmos lá no item do endividamento do estado, não vamos mais encontrar uma dívida de 1 bilhão e 400 milhões. Certamente o valor da dívida do Estado estará bem próximo ou senão superando a Casa dos 10 bilhões.

Em 140 anos de Paraná, a dívida acumulada era de 1 bilhão e 400 milhões. Bastaram 4 anos do atual Governo, para que a nossa dívida de 1 bilhão e 400 milhões, passasse, e passará certamente, dos 10 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero usar esse espaço em nome do PDT, para manifestar aqui o lamento do nosso Partido e de uma grande parte da população desse Estado, com referência a privatização da COPEL.

Sabemos e não sei se a população sabia, mas foram várias as manifestações da Oposição. Tanto dos candidatos a Governadores, como também dos Deputados - que o Governador Jaime Lerner venderia o BANESTADO e a COPEL.

Será que a população foi enganada ou respaldou, meu caro Deputado Nereu Moura, essa atitude. Estamos ouvindo na rua hoje, uma grande preocupação com a dilapidação do Patrimônio Público do Estado. E nós, como Deputados Estaduais e representantes dessa Assembléia, temos a responsabilidade de explicar ao povo do Paraná, o que é que este Governo está fazendo com este Patrimônio Público.

Compreendo, porque antes do Governador Jaime Lerner mudar de Partido, eu fazia parte da Bancada que dava sustentação ao Governador. Percebo na expressão de cada Parlamentar, que eles

estão votando contrariados. Eles não estão satisfeitos com o que estão fazendo com o Patrimônio do Estado. Mas no entanto, como dão sustentação ao Governo, infelizmente estas são as regras estabelecidas pelo jogo do Poder. E muitos desses nobres e talentosos Deputados hoje, tem que baixar a cabeça, envergonhados por tal atitude do Governo, de dizer publicamente que a privatização da COPEL é o melhor negócio para o povo do Paraná.

No dia 1º de dezembro, vários sindicatos se reuniram e emitiram um documento e distribuíram a todos os Deputados desta Casa. São vários os sindicatos. Foi num encontro realizado no Forum permanente dos serviços do Patrimônio Público. E deram aqui 5 razões contra a privatização da COPEL. Como o tempo não permite eu vou ler o primeiro e último item, porque acho que temos que usar a tribuna desta Casa, para que mesmo que não possamos reverter essa situação, por mais que a Bancada Governista tenha o poder absoluto para decidir essa votação, temos que usar dessa Tribuna para dizer ao povo do Paraná, o quanto inquieta mais de quatro mil funcionários da COPEL, uma empresa altamente lucrativa, enxuta, uma empresa exemplo para o nosso País.

Vou ler o primeiro item das cinco razões para não privatização da COPEL.

1 - "A COPEL é uma estatal lucrativa. E esse lucro não é pequeno. A Companhia fechou o exercício de 1997 com lucro de R\$302,6 milhões. Isso representa 56% mais que o lucro de 1996. No primeiro semestre de 1998, teve um lucro líquido de R\$180,6 milhões. Este montante representou um crescimento de 41,2% em relação ao mesmo período no ano de 1997. São lucros progressivos. A COPEL é uma empresa que se diferencia das demais do setor elétrico brasileiro, por realizar com auto-suficiência o ciclo completo da energia envolvendo a geração, a transmissão e a distribuição de energia. Tem um invejável parque gerador próprio, composto por 16 usinas hidrelétricas e 3 termelétricas. Esse é um patrimônio do povo do Paraná, construído no correr de décadas, e que agora vai ser colocado a venda, sem que mesmo se tenha uma avaliação transparente e amadurecida de quanto vale;"

Vou pular mais 3 itens aqui e vou ler o último item das cinco razões que a COPEL não deve ser privatizada.

"5 - Não há transparência no processo de privatização da COPEL conduzido pelo Governo Lerner. Na verdade, sabe-se que o maior motivo é o fato de calcionar ações para obter empréstimos junto ao BNDES. O atual governo vendeu ações na bolsa de valores sem transparência quanto ao preço, enfrentou perdas nas bolsas cuja dimensão não se conhece por não terem sido claramente explicadas. Não se sabe como foi aplicado o dinheiro da venda

de parte das ações da COPEL, nem quanto de ações foi efetivamente negociado. Há, ainda, o agravante de se prever o uso de recursos da privatização da COPEL no Paraná Educação e Paraná Investimentos, sem discriminação de em que se investirá efetivamente e sem que esses dois programas estejam sob a alçada de fiscalização da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas do Paraná, representando, portanto, uma quebra do equilíbrio de poderes, numa supremacia onde o Executivo sufoca os atributos constitucionais dos demais. Caberá aos Deputados decidirem ou não compactuar com a atentado contra seus próprio atributos enquanto legisladores.”

Pois bem! O Paraná que tem a empresa exemplo desse País, na área de energia elétrica, está vendendo esta empresa em piores condições de qualquer outro Estado que tinha as suas empresas quebradas, inchadas. O Paraná faz pior. O Paraná abre o mercado de ações e o primeiro grupo que consegue o poder acionário, não precisa nem comprar o resto. Quer dizer, não estão vendendo a COPEL, estão transferindo o poder de comando e acionário para qualquer grupo econômico interessado neste grande e lucrativo patrimônio.

Por isso, Senhor Presidente, quero registrar aqui o nosso lamento, nossa insatisfação e a convocação a todos os Senhores Deputados, que esclareçam esse acontecimento lamentável a toda Comunidade Paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Que o Governo do Estado do Paraná pretenda vender a COPEL não nos surpreende. A postura da Assembléia Legislativa nesse processo, nesse caso especial, é que talvez esteja nos surpreendendo. Nesses quatro anos em que sou Deputado Estadual, este Poder, mesmo não votando as preferências a respeito do papel do Estado, mas o que mais marcou a conduta do Poder Legislativo até o dia de hoje, foi com relação as questões mais pendentes, mais polêmicas, foi da possibilidade do contraditório ser exercido. A ausência de discussão não aconteceu nesses quatro anos. Quero lembrar aos Senhores Deputados que em 1995, quando o Governo do Estado do Paraná, quando o Deputado Duílio Genari apresentou um projeto da venda das ações da COPEL, fui um dos Deputados que denunciou, através de um documento, de uma relação, da qual o Deputado Florisvaldo Fier faz menção hoje aqui, a respeito de uma carta enviada ao Presidente

da INEPAR, ao Presidente da COPEL, da qual solicitava algumas possibilidades, naquela oportunidade, para a questão do gás.

Lembro que a postura da Assembléia Legislativa e do Deputado Anibal Khury foi uma postura que foi marcada por toda a conduta do processo. Nesta Casa, além de termos possibilidade de discutir, como era o valor acionário, como se pretendia fazer o processo de alienação ou transferência de parte do controle acionário, com a presença do Presidente da COPEL. Esteve aqui também o Presidente da INEPAR para esclarecer as relações que essa empresa tinha com a COPEL. Esse debate, o exercício do contraditório que uma minoria na Assembléia Legislativa sempre advogou, foi sempre garantido pelo Poder Legislativo. Assim aconteceu com relação ao BANESTADO. O Presidente do BANESTADO por duas ocasiões foi convocado a estar presente aqui na Assembléia Legislativa para tecer considerações sobre as irregularidades que eram motivo de denúncia através da imprensa tanto do Paraguai, como no caso do Banco Del Paraná, como no caso do BANESTADO Leasing a proceder esclarecimentos.

Com relação as atitudes do Governo em relação as questões sociais importantes, como a questão da modificação do ensino médio no nosso estado, a instituição do PROEM. O Secretário de Educação e diretores da Secretaria de Educação tiveram que comparecer na Assembléia Legislativa para prestar esclarecimentos. Quando da criação do “Paraná Educação”, uma tese polêmica que no nosso entendimento abre portas para a privatização do ensino médio fundamental sob responsabilidade do Estado do Paraná. Houve um processo de debate intenso na Assembléia Legislativa e acompanhado pela sociedade. Mesmo em relação ao Banco do Estado, os argumentos que o próprio governo teria, sob o manto do sigilo bancário, de não permitir a presença dos técnicos, dos seus diretores e do Presidente para tecerem esclarecimentos ao Poder Legislativo. Isso não foi suficiente para que a Assembléia Legislativa desenvolvesse a sua atribuição constitucional, que é o processo de fiscalização a respeito das atitudes do Poder Executivo.

No entanto, Senhor Presidente, estou surpreso que, talvez, o processo mais importante em curso hoje no Estado do Paraná, que se trata da venda global das ações da empresa mais importante, que os paranaenses construíram ao longo de mais de 70 anos de existência, que é a Companhia de Energia Elétrica, que teve um custo para o conjunto do povo do Paraná. Se os governantes ao longo da história não investiram recursos para diminuir o déficit na área da saúde, se não qualificaram melhor o sistema de educacional do Estado do Paraná, se não investiram mais recursos na pequena e na média agricul-

tura, se não capacitaram de outras formas o Estado do Paraná em outras áreas, foi muitas vezes, sob a ótica correta de muitos governos passados que capacitaram recursos, investiram recursos oriundos de empréstimos, de capacidade do próprio governo do estado, para que o Estado do Paraná se constituísse hoje, uma empresa modelo nacional e a nível internacional, que é capaz de gerar energia para o desenvolvimento do nosso Estado.

Se a COPEL é o que é hoje, uma empresa que só no ano passado descontado o seu investimento, descontado todo o abatimento da sua receita, no que diz respeito ao pagamento dos empréstimos, somente no ano passado teve um lucro líquido na ordem de 360 milhões de reais. Esse lucro líquido, Senhor Presidente, e essa capacidade de gerar energia é na realidade fruto de um esforço descomunal do conjunto do povo do Paraná ao longo desses últimos 50,60 70 anos e teve ao longo desses anos todos, a clarividência de vários governadores que investiram corretamente para que o Paraná pudesse ser auto-suficiente na área de energia, porque entenderam sempre que a geração de energia, a transmissão e a sua distribuição...

Deputado Anibal Khury, concluo logo a seguir.

... ao longo desses anos todos, para que o Estado do Paraná pudesse ser um Estado auto-suficiente e pudesse fazer as transformações necessárias para gerar qualidade de vida, para gerar um número cada vez maior de investimento produtivos, que gerasse emprego e a conquista de cidadania para milhares e milhares de brasileiros que aqui residem.

Mas estou surpreso, Senhor Presidente, pela forma de como o governo se comporta e o Governador Jaime Lerner tem se comportado.

Não posso admitir que a Assembléia Legislativa no momento tão importante da vida do Estado do Paraná fique de costas para a sua própria tradição pelo menos nesses últimos quatro anos, que era de abrir o debate a respeito da necessidade ou não da privatização dessa empresa.

Nenhum Deputado aqui hoje, nenhum Deputado, seja da Situação, seja da Oposição tem condições de sequer saber o que a COPEL fez com parte dos 6% das ações preferenciais que foram autorizadas pela Assembléia Legislativa a serem colocadas no mercado e do conjunto de ações que mantém o controle do estado, mantém o controle da COPEL que já estão na iniciativa privada.

Não temos nenhum conhecimento, nenhuma informação a respeito do que vai acontecer com a COPEL, senão a explicação do Governo nessa mensagem que foi encaminhada à Assembléia Legislativa.

Pasmem os Senhores, é de envergonhar o governador, é de envergonhar qualquer pessoa de bem que lê a justificativa do Palácio Iguaçu, para proceder a votação desse projeto, aqui hoje, em discussão.

Diz o seguinte, Senhor Presidente:

"As restrições legais as quais ela está submetida, a COPEL, na prestação de serviço a ela concedida pela União, a impedem de ter agilidade, a flexibilidade necessária, a sobrevivência na competição ora imposta pelo mercado."

Pergunto aos Senhores Deputados, senhores ouvintes, companheiros, companheiras que aqui se fazem presentes: Senhor Presidente, quero saber o que o governo quer de criar de agilidade e de flexibilidade e qual a razão de mercado que existe para privatizar a COPEL? Ou alguém aqui tem dúvida de que apenas uma companhia de energia elétrica do Estado do Paraná será de posse da energia privada! Vamos ter duas iniciativas privadas competindo aqui? Algum cidadão de algum domicílio poderá comprar luz de uma fornecedora ou de outra? É evidente que não. Estamos vendendo o monopólio da energia elétrica daqui para o desenvolvimento do Estado.

Senhor Presidente peço ao senhor que suspenha a votação hoje deste Regime de Urgência deste Projeto e que permita que o Presidente da COPEL compareça à Assembléia Legislativa para fornecer as explicações e as razões e de como quer fazer o processo de privatização dessa empresa. Sem isso não há possibilidade sob a única forma que seja o constrangimento de consciência por parte dos Deputados, a votação deste Projeto, hoje, em tramitação no Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, cidadãos que frequentam e visitam este Parlamento hoje.

Antes de mais nada gostaria de deixar aqui registrado o meu protesto em relação à forma com que o Presidente da CCJ encerrou aquela reunião, Deputado Joel Coimbra, com todo o meu respeito, mas sem sequer colocar em votação as emendas que apresentamos naquela oportunidade. Um desrespeito a este Deputado e à própria reunião. Esperamos não mais acontecer porque as votações precisam acontecer mas precisam acontecer dentro do regimento, dentro da ordem e desta forma todos possamos nos respeitar enquanto parlamentares, enquanto representantes da população do nosso estado.

Hoje a discussão maior que traz esta Casa é o Projeto de Lei nº 471 oriundo de mensagem do Sr. Governador do Estado em que coloca para a desestatização da COPEL. E ela peca pelo caráter extremamente excessivo e geral, assim ao conceder a reestruturação da empresa, admitindo sua desintegração nas áreas específicas da geração, distribuição, transmissão, admite, também, implicitamente a sua divisão em empresas com atuações em áreas territoriais específicas. Deste modo o Projeto outorga uma ampla liberdade ao Poder Executivo de criar várias empresas sem que, para isto, o Legislativo venha a se pronunciar. Daí o grande reclamo desta Casa no sentido de participar co-responsavelmente, nas grandes decisões do nosso Estado. Além disso, o projeto cria condições para que o Executivo se desfaça do controle acionário da empresa se que exista - propriamente -, um procedimento público, específico de repasse deste controle. O que o orador que nos antecedeu, Deputado Ângelo Vanhoni, estava a reclamar e estava a propor a esta Casa que suspenda a votação na ata de hoje para que nós possamos, efetivamente, ter conhecido este controle e que estejamos fazendo aqui o nosso papel com responsabilidade.

É o que se deduz da possibilidade do Executivo oferecer as ações que possuem garantia de operações de crédito, financiamento ou outros de qualquer natureza, com ou sem direito a voto. No mesmo sentido, os recursos advindos de uma eventual privatização pelo Projeto, ficam desvinculados de quaisquer fins específicos, já que a previsão do artigo 5º também faz conteúdo absolutamente indefinido. E aqui devo registrar que através dos Deputados desta Casa, o Senhor Relator acolheu emendas que melhoram o Projeto neste aspecto destinando uma parte à constituição do fundo e outras a investimento de infra-estrutura.

De outro lado, curiosamente, o projeto de lei autoriza o Executivo a transferir a propriedade de suas ações da COPEL para outra estatal, que é a Paraná Investimentos S/A, através da integralização de capital subscrito desta mesma empresa com ações da COPEL.

Ainda, do ponto de vista formal, é necessário que seja preservada a aplicação das disposições da legislação que versa sobre licitações e contratações administrativas. Eis que pelo contido no artigo 9º é possível inferir hipótese de dispensa legal de licitação.

Por fim, embora não fique expresso, é relevante registrar que o projeto autorize o Poder Executivo alienar ações da COPEL que redundem inclusive na perda do controle acionário.

A partir dessas breves considerações é que se impõem as emendas propostas ao projeto de lei, de autoria do Executivo, no intento de aperfeiçoá-lo,

dotando de transparência ou processo de reestruturação da COPEL, vem como buscando a preservação do patrimônio público e a destinação mais nobre possível dos recursos apurados por ocasião de eventuais “desfazimentos” de ações de propriedade do Estado do Paraná.

As propostas formuladas não têm motivação ideológica, nem pretende colocar óbice à modernização necessária do setor energético, visam tão somente garantir a participação da sociedade paranaense das decisões dos caminhos que se abrem para o maior patrimônio que é a COPEL.

Ora, Senhores Deputados, na data de hoje temos a responsabilidade de estar votando a transferência do controle acionário da maior empresa do nosso Estado, a empresa que não só obriga um rol de empregados considerável, mas também de grande técnicos.

Estamos vendendo, como se estivéssemos vendendo no balcão as ações, estamos possibilitando, Senhores Deputados, a transferência do controle acionário, do controle do centro de decisão da COPEL, sem nenhuma outra preocupação, senão aquela que vendêssemos as ações no balcão. Esta é a grande responsabilidade. Fomos fatiando a COPEL: 500 milhões, 471 milhões, 72 milhões que foi caucionado por 55% do valor das ações de mercado naquele momento.

E estamos vendo o patrimônio da empresa sendo dilapidado e não estamos vendo aonde estão sendo empregados e para que está sendo constituída esta venda. No adágio popular: estamos matando a galinha dos ovos de ouro e não estamos sabendo para onde está indo todo este recurso.

Daí a nossa responsabilidade e daí, Senhor Presidente, a importância da proposta do Deputado Ângelo Vanhoni para que nós conheçamos, porque nesta Casa não veio nenhum representante do Governo, nem o Senhor Presidente da COPEL, para dizer qual a reestruturação que pretende para o setor energético do nosso Estado.

E é por isto que estamos fazendo o empenho de que esta Casa, se o Governo efetivamente necessita dos recursos que coloque às claras, e vamos estabelecer um projeto de investimento para que o Estado possa cumprir.

Não só estamos vendendo as ações da COPEL e o patrimônio que nós conhecemos, apenas temos o patrimônio contábil histórico, mas não temos uma avaliação que possa conhecer com exatidão o quanto vale a COPEL. Não temos condições de avaliar as suas reservas de exploração ainda que têm, se é uma empresa que tem capacidade de comprar 40% da SERCONTEL, têm condições econômicas e financeiras de comprar 8% da SANEPAR, têm condições de emprestar ao Governo do Estado 150 milhões em 97, para que ele pudesse honrar o seu

compromisso com o 13º, se é uma empresa que têm condições de se associar e que constrói uma represa, uma usina como Salto Caxias, não podíamos tratá-la da forma como estamos tratando.

É por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, que pedimos a consideração para que esta Casa vote com os olhos voltados para o futuro, sem desconhecer as responsabilidades do presente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1980, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 471/98. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Peço que registre o voto contrário da Bancada do PMDB à preferência de votação, Senhor Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, peço que registre o voto contrário da Bancada do PT à preferência de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrado.

De conformidade com o requerimento, acima aprovado:

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052, que objetiva promover a reestruturação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, mediante a constituição de subsidiárias integrais voltadas ao atendimento das atividades que constituem o objeto daquela empresa, bem como promover a alienação das ações ordinárias que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, conforme especifica. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. PÉRICLES MELLO

Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Péricles Mello.

Antes de iniciar a votação, há um Requerimento nº 1983 do Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, devidamente apoiado, solicitando seja realizada votação nominal ao Projeto de Lei nº 471/98 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a reestruturação e venda das ações da COPEL item 20 da presente Sessão Ordinária. Rejeitado.

Os Senhores Deputados ..

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, pessoalmente entendo e sei também ser esse também o entendimento dos Deputados que apoiaram esse nosso requerimento, de que se faz necessário na atual conjuntura de discussão, agora, já em processo de votação do Projeto 471/98, Mensagem 052, que fique claro a todos aqueles que aqui estão e a todos os paranaenses, quais foram os Deputados que votaram favoravelmente à reestruturação da COPEL da forma como está sendo proposta, quais foram os Deputados que votaram favoravelmente a essa busca de empréstimo de dois bilhões, sem saber para o que se destinam esse dois bilhões, e com quem será buscado.

Então, por essa razão, entendemos que o processo de votação nominal permitiria a todos expressarmos com liberdade de convicção, com liberdade de decisão a sua intenção de voto. Por isso, requeremos, em conjunto com outros Deputados, que o processo de votação do Projeto 471/98, conforme permite o Regimento desta Casa, seja feito pelo procedimento nominal.

O SR. DR. ROSINHA

Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sou um dos que apóiam o requerimento do Deputado Orlando Pessuti, porque acho muito importante o projeto que se discute. Acho que como cidadãos e Parlamentares, temos que ter a consciência do nosso voto e a responsabilidade sobre ele, assumindo-o publicamente, seja no atual momento, ou seja para o futuro da história, quando cada um de nós, despidos de qualquer outro caráter, a não ser só o caráter de cidadão, como direito, como obrigação parlamentar, que votemos registrando o nosso voto de “sim” ou “não”.

Acho que isso faz com que a sociedade paranaense possa acompanhar com maior transparência o comportamento de cada um de nós e também para que o Governo do Estado tome conhecimento das nossas propostas, dos nossos projetos, de cada um de nós, e como temos nos comportado nesta Casa perante à sociedade paranaense.

Acho que o voto não pode ser envergonhado, tem que ser um voto aberto, transparente e democrático. Por isso, subscrevi o requerimento do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Orlando Pessuti, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. DR. ROSINHA

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

13 APROVAM.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

33 REJEITAM.

O requerimento foi **REJEITADO**.

O Deputado Péricles Mello encaminhará a votação. Tem dez minutos.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Não poderíamos, a exemplo dos demais Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, deixar de mostrar a nossa opinião neste momento tão importante que vai ficar na história do Paraná. Nossa posição, como dos demais Deputados, deve constar nos Anais desta Casa.

Ontem pela manhã, participei de um debate na APP-Sindicato, com um teórico, intelectual muito respeitado, chamado César Benjamin. E, ele chamava o processo de acumulação capitalista deste

momento que vivemos, como processo de acumulação predatória do capital, ou seja, vivemos num momento, no Brasil, em que quem ganha dinheiro não é o empresário honesto e trabalhador, através da contratação de empregados, da ampliação dos seus negócios, disputando o mercado.

Na acumulação predatória, quem se enriquece rápida e vertiginosamente, são aqueles grupos econômicos que se constituem e fazem os seus negócios à sombra do poder do Estado.

Mas, além desses grupos econômicos, que fazem os seus negócios à sombra do poder do Estado, fazem parte também da acumulação predatória aqueles que têm o poder do Estado e se mancomunam com estes grupos econômicos.

O momento que vivemos hoje na Assembléia Legislativa do Paraná, no final deste mandato, quando se entrega uma empresa que é exemplo internacional, que é orgulho do povo do Paraná - e sinto a tristeza dos engenheiros, dos funcionários da COPEL, que vêm até nós, não lutar por uma questão pessoal, como aumento de salário, nem por estabilidade de emprego, mas sentimos, na forma como nos olham e conversam conosco, que eles vêm aqui numa luta social e coletiva, numa luta cidadã, porque entendem mais do que ninguém a importância que tem a COPEL para a história do Paraná e seu futuro, e que hoje, está sendo completamente dilapidado este patrimônio.

Exemplo claro de acumulação predatória, e mais grave, a Assembléia Legislativa do Paraná aceita esta dilapidação num momento que não precisava mais fazê-lo, num momento em que o neoliberalismo já mostrou a que veio, colocou este País na maior crise da sua história. O País está completamente quebrado, e temos exemplos de privatização de estatais para analisarmos e não votarmos iludidos pelo ideário neoliberal, que conseguiu captar e conquistar as mentes deste País, através do poder da mídia.

É mais grave ainda a votação da COPEL neste momento, que o fazemos porque temos já experiência acumulada e condições de discernir o erro que estamos cometendo.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, neste processo a forma revela o conteúdo. É um processo dialético em que a forma, o conteúdo, revela a forma como é feita esta privatização, revela absolutamente o conteúdo desta privatização que aludi anteriormente.

Vamos colocar algumas questões. Todo o Governo Lerner agiu assim, no neoliberalismo e na acumulação predatória não existe mais estado de direito, ele é um arremedo; a nós da oposição não foi dado nem o direito à informação, que é um direito da minoria, a maioria governa no regime democrático, mas a minoria tem o direito sagrado

da informação. A nós sempre foi negado esse direito, temos que votar aqui as coisas no escuro, sem saber o que está acontecendo nos negócios do Estado.

O dinheiro do Paraná que este Governo entregou para empresas multinacionais, não sabemos quanto. Conseguimos o protocolo da Renault, porque um funcionário roubou das gavetas do Poder Executivo para que os Deputados tivessem acesso a essa grande negociata, e assim fomos saber que são 700 milhões, 400 milhões de dados para o Governo do Paraná. Isso fere todo o princípio do estado de direito, o princípio da moralidade, da impessoalidade, da legalidade, porque se um Governador tem o poder unipessoal de dizer quanto vai dar para a empresa que ele escolhesse com seus desígnios, tudo que é coisa pode acontecer, e isso é o primeiro princípio da acumulação predatória do capital, enriquecendo aqueles que vivem à sombra do Poder do Estado e aqueles que têm o poder do Estado e fazem esses negócios.

Nesse processo de votação não é diferente. Que informação temos para votar esse projeto de lei? Nenhuma. Estamos votando no apagar das luzes de um mandato parlamentar, no final de um governo.

Há vinte dias atrás, o Senhor Governador dizia aos principais do Paraná que não iria privatizar a COPEL. Das duas uma: ou esse Governador é mal informado sobre o seu próprio governo, ou ele foi desleal e mentiu e tentou enganar os paranaenses, os Deputados desta Assembléia Legislativa. E agora nos vem com esse projeto.

Mas, queríamos levantar algumas coisas: a forma, os passos da venda. Primeiro o Executivo manda uma Mensagem à Assembléia Legislativa. Um Deputado do Governo, da sua bancada, apresenta o projeto para que se pudesse vender ações da COPEL, e algumas empresas compram essas ações. O segundo passo, o governo estabelece um valor para as ações e entrega para o BNDES. Vamos pensar. Ninguém falou nisso ainda. Se sou amigo do Governador, se tenho interesse em comprar a COPEL, o Governador me informa: "olha, compre essas ações. 40%, nem que você pague um preço um pouco maior agora, mas depois você vai no BNDES comprar apenas 11% das ações, e tem o controle acionário da empresa". Esse é o método da acumulação predatória dos negócios escusos à sombra de um Poder que se disfarça de poder democrático, mas rompe com o estado de direito.

Por isso, não é um poder democrático, e permite esse tipo de acumulação e de simbiose entre os negócios das grandes negociatas e o poder do Estado.

Falar em valor patrimonial de uma empresa como a COPEL, Senhores Deputados, qualquer cri-

ança - o Deputado Plauto sabe muito bem disso, já tem duas rádios em Ponta Grossa, uma é a Rádio Clube e uma Central - ele sabe que o preço, o valor patrimonial de uma rádio daquelas é muito pequeno, mas o valor que ela tem, do ponto de vista econômico, político e social, é enorme. A COPEL também. É o potencial que a empresa tem de produzir altas produtividades, além de se constituir num monopólio natural. Não posso aceitar, não podemos nos calar diante de tamanho absurdo da venda de uma das principais empresas da história do nosso Estado, que tanto queremos.

Analisando, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma revista "COPEL Informações", programa de investimentos da COPEL em milhões de reais, temos uma tabela que diz o seguinte: geração de energia em 97 - 331 milhões de investimento; em 98, 312 milhões; 99, 219 milhões; 2000, 166; 2001, 158; para 115; 2.001, para 101; 2.002... Distribuição: 175/97; 177/98; cai para 105; para 109; para 105; para 105 em 2.002... Instalações gerais: cai de 45,1 em 97 e 28 em 2.002. Ou seja, é tão simples de fazer esta análise!

Ao longo da história do capitalismo, o Estado se apropriava daqueles setores que precisavam de muito investimento de longa maturação e capital constante. Assim foi com as ferrovias, com as empresas de energia elétrica, com a CSN e assim por diante.

Estamos num momento da história da COPEL, de potencial, de lucratividade da empresa muito maior do que foi no passado. Sem considerar que ela, sendo uma estatal, ocupa uma função social de extrema importância no limiar do século XXI, que é o de levar energia elétrica, mesmo para aquelas famílias carentes, que pelo mercado não teriam condições de acesso à energia elétrica e estariam numa condição de subcidadania. Porque é impossível, no limiar do século XXI, um cidadão existir sem acesso à energia elétrica.

Como Vereador em Ponta Grossa, sempre tive uma boa relação com a COPEL, levando...

(ausência de som no microfone)

... são mais de 37 mil pessoas numa cidade. Sem levar em consideração isso, é evidente que trata-se de um crime de lesa-pátria vender a COPEL pelo seu valor patrimonial e, ainda mais, pelo método que foi escolhido para vender: não vende-se uma empresa, simplesmente o controle acionário dessa empresa para um grupo mancomunado ao poder do Estado, nessa triste e desvairada acumulação predatória do capital.

Por último, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos deixar de contestar, mais uma vez, pela falta de transparência ao debate, pela falta de informação. Os funcionários da COPEL não

foram consultados para esta venda. Não foi consultado o povo do Paraná.

O mesmo Governo, que demagogicamente tira os recursos do Sindicato dos Professores, alegando que se precisa fazer uma consulta às bases, para saber se os professores e funcionários querem pagar seu sindicato, não se dispõe a fazer uma consulta popular para vender e se desfazer de forma vergonhosa um patrimônio do povo do Paraná.

Deixo manifestada a minha posição neste dia histórico, nesta tarde, na Assembleia Legislativa, para que conste junto com a posição dos companheiros de Partido, dos demais Deputados de oposição, a posição que assumimos neste debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Senhor Presidente, peço que Vossa Excelência me substitua no encaminhamento de votação pelo Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana.

(**Assentimento**)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

O nosso Partido, o PMDB, há muito tempo, há muitos meses vem anunciando à opinião pública, antes das eleições, em reuniões, em comícios, em palestras e em programas de rádio e televisão, colocando dados a respeito à intenção de se vender a Companhia de Saneamento e a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná.

Esse fato tinha um balizador. Tínhamos uma proposta total e cabal, que tinha uma data, um resguardo para não acontecer e uma garantia de não acontecer. Era um compromisso público assumido pela nossa coligação da manutenção das empresas públicas.

Lamentavelmente, talvez, não tenhamos sido fortes o suficiente, convincentes o suficiente, para podermos mostrar à opinião pública geral do nosso Estado, que estávamos abrindo o cadeado à privatização das empresas públicas, visto que perdemos a eleição. Perdemos e temos uma minoria brava, porém incapaz de poder reverter este processo que acontece neste instante!

Mas, como a história acaba se transformando no julgamento das ações concretas, corretas ou equivocadas, das pessoas, dos representantes, vamos, em nome de nossos companheiros de Partido, deixar registrada a nossa posição, que, nesta tarde, para mim lamentável e melancólica, porque nos desfazemos de um dos símbolos de orgulho do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Sou gaúcho de nascimento e muitas e muitas vezes comentei com os meus conterrâneos do Rio

Grande do Sul a grande diferença entre a COPEL e a CE. Escrevi há muitos anos atrás, no meu primeiro mandato, um livreto, já editado muitas vezes, contrário a construção de Ilha Grande, procurando mostrar que tínhamos alternativas, porque naquela época a ELETROSUL tinha a concessão da construção da usina de Ilha Grande. Iria alagar o território paranaense, transformando esta energia no patrimônio de gente de fora do nosso Estado. E, naquela oportunidade, pude conhecer o valor da COPEL, tendo técnicos mais capazes que os técnicos da ELETROSUL, tendo qualidade para execução do serviço de construção de barragens, de transmissão, de levar energia elétrica como fator de desenvolvimento para o nosso Estado!

E, no dia de hoje, não estamos perdendo, Deputado Pessuti, o nosso solo do Paraná para construção de Ilha Grande da ELETROSUL, estamos perdendo o solo do Sudoeste do Paraná, Deputado Nereu Moura, que em cada caída do Rio Iguaçu, tem uma usina da COPEL; estamos perdendo, não sabemos nem para quem e nem por quanto! Porque este projeto que aí está, está totalizando a venda das ações da COPEL para empresas que não tiveram a história dos paranaenses, que não construíram usinas para dar orgulho a nós, paranaenses, de termos talvez o melhor sistema elétrico, deste País.

E, quando é que estamos vendendo, Deputado Vanhoni? Estamos vendendo quando o Estado do Paraná fala em mudar o seu perfil econômico! Quando o Estado do Paraná fala em construir aqui indústrias, indústrias geradas por energia elétrica, podendo servir esta energia como moeda de troca, de incentivo para instalação de indústrias no nosso solo paranaense! E é nessa hora que estamos entregando esta empresa, geradora de energia, portanto, não podendo ser comparada com a grande maioria das empresas do País, porque essa dá lucro, Deputado Pessuti; porque essa vende energia, porque essa produz e distribui, porque essa é o linhão que percorre este País inteiro, ela tem crédito e não débito!

Por isso fica aqui registrado, sem muita confiança, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sem muita confiança - amigos e companheiros da COEPL que estão aqui - que este discurso possa mudar qualquer voto aqui dentro! Tem que se inspirar no calor do tempo de colegial, para tentar, ainda com um pouco de idealismo, proceder um discurso, porque termos certeza que qualquer ponto que possamos levantar, nesse projeto, é mera oratória! Porque não temos que clarear nada, tudo que tem que clarear, está claro!

Ninguém está pecando por omissão, ninguém está pecando por desconhecimento, todo mundo sabe o que quer! Só lamentamos que o que vamos proceder aqui, no dia de hoje, é o início da venda de

uma das coisas que orgulham o Paraná! em qualquer local que estejamos, em qualquer Estado que estejamos, pelo linhão que hoje agrega o Brasil inteiro, seguramente um foco de luz está sendo iluminado, gerado no Paraná, até agora rendendo divisas para o nosso Estado, desta lei para frente pagando para consumir a energia que nós mesmos consumimos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No Brasil começou-se há 10 anos, uma cruzada para colocar na cabeça de cada um dos brasileiros, que tudo que é privado é bom. E somente o que é privado é que é bom. E o discurso era: "olha, o que for privado, é melhor administrado. Se privatizarmos uma empresa, vai diminuir o custo do Estado, porque você vai vender essa, pegar o dinheiro e pagar as dívidas, que são astronômicas, do Brasil e dos Estados. E vamos vender essas empresas estatais, que são ineficientes, atrasadas, sem condições de competir." Era isso. Até tinha gente da esquerda que pensava assim!

Esse era o discurso neoliberal, o novo liberalismo oxigenado dos intelectuais, dizendo que ia tirar o Brasil do atraso, colocar à globalização, competitivo, dinâmico, com distribuição de renda, com fartura. E aí está. A receita do bolo falhou. O Brasil está endividado lá no FMI. Venderam a maioria das empresas, só falta o Banco do Brasil e a PETROBRÁS. E o que ajudou isso para o Brasil? Temos condições, hoje, efetivamente, de dizer que somos soberanos, tomando inclusive a declaração do Deputado Orlando Pessuti, que falava hoje à tarde ainda na C.C.J.: "Vendemos a Vale do Rio Doce para resolver o problema do Brasil, pois acabamos apenas entregando, a 3 bilhões, os nossos minérios".

No Paraná, o Governador do Estado não percebeu que essa receita não dá certo e aplicou um discurso neoliberal ao GATS, por que primeiro vende a empresa que melhor dá renda, recurso, dividendos e é melhor administrada. A COPEL trem ISO 9002 - Organização Internacional de Padronização, considerada uma das melhores empresas da América, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Seus engenheiros e seus técnicos têm levado o "know how" paranaense para os Estados Unidos, para a China, para a África, sobretudo para a África do Sul. Em construção de barragens, temos um dos melhores "know how" do mundo!

Essa empresa é a empresa ineficiente que os neoliberais querem privatizar! Essa empresa que dá

recurso, que dá renda, inclusive para o Governador do Estado, através dela, pagar a publicidade das suas ações governamentais! O discurso neoliberal era para baixar a dívida pública. Pois outra vez que aprovamos aqui, contra o nosso voto, a liberação da venda das ações, o dinheiro foi suado para caucionar mais endividamento do Estado, empréstimo externo ao viés do próprio discurso neoliberal. O Estado, com o Governo de 4 anos de Jaime Lerner, multiplicou por 8 o endividamento do Estado. E entre os responsáveis pelo endividamento do Estado, o processo de privatização.

Então, esse governo tem que parar com essa sangria, para ser pelo menos neoliberal, porque senão, eu diria, Deputado Péricles, que além de estar num governo predatório ao próprio capitalismo, é um governo que distribui benefícios com o uso do poder. Portanto, têm as mesmas características da Idade Média, de um Governo Feudal.

Para quem conhece profundamente e estudou a economia feudal, sabe que é da mesma forma. Quem ficará com a COPEL? Um grupo italiano. Quem ficará com a SANEPAR? Lyonesi des Eaux, da França. As cartas estão marcadas, distribuição do poder, com um discurso de uma direção e a prática viés, em prejuízo da sociedade paranaense, que vai pagar pela taxa de luz, água, sem esgoto, sem saneamento rural.

Era isso, Senhor Presidente! O discurso é uma prática predatória.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros visitantes funcionários da COPEL, senhoras e senhores.

Faço questão de usar esta tribuna, que é uma tribuna reservada para o Líder do Governo, da bancada que dá apoio ao Governo do Estado do Paraná, porque até agora, infelizmente, não vi um gesto por parte dos líderes que apóiam o Governo Jaime Lerner, subir à tribuna, a tribuna que lhe compete, para sequer tecer apenas duas ou meias palavras, para justificar e defender, da forma como está colocado hoje em votação, Senhor Presidente, o projeto da alienação da empresa de energia elétrica do nosso Estado.

Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, hoje é um dia importante da nossa história, não estamos votando apenas a venda de uma Companhia de Energia Elétrica, estamos, na realidade, abrindo mão, sem um mínimo de discussão das razões de parte do Paraná, de parte da história do povo do Paraná, estamos alienando o BNDES sabe lá a quem. O controle acionário da história e da emoção de um povo que construiu o desenvolvimento econômico. Energia elétrica, Senhor Presidente, Sen-

hores Deputados, cria vida. Energia elétrica salva as pessoas nos hospitais, energia elétrica promove o desenvolvimento, gera impostos, traz riquezas e cria empregos.

É a história do Paraná que estamos decidindo no dia de hoje. E não vi um gesto, hoje, da forma como o Governo apresentou esse projeto na Assembléia, da forma como a Bancada do Governo, envergonhado, porque até agora não usou da palavra, para sequer justificar com meia palavra, com meia frase, a forma da venda desse grande patrimônio, da consciência e da história do nosso povo.

Deputado Plauto Miró, Líder do PFL; Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo. Durante os quatro anos que fui Deputado, hoje talvez seja o dia mais triste, não só para mim, mas talvez para a bancada de oposição toda, porque nesses quatro anos, Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência, nos momentos importantes de debates sobre as questões do seu Governo, que não eram as mesmas defendidas por mim ou pela oposição, Vossa Excelência teve a delicadeza, a elegância democrática de trazer, no mínimo, o Presidente, o Secretário ou o Diretor da área, para não convocando em regime oficial a prestar informações aqui no Plenário, aberto à imprensa e para a sociedade. Quicá, ao menos, na Liderança do Governo. Esta foi a sua postura.

Neste momento mais importante, onde uma parte fundamental do Estado vai ser alienada, vai deixar de existir enquanto memória do nosso povo, não sentimos um gesto, nem por parte do Governo, nem da bancada que lhe sustenta politicamente aqui na Assembléia.

Quero hoje fazer um apelo, não ao Deputado Anibal Khury, porque todos conhecemos e sabemos da vinculação política sua, um homem que tem um compromisso político com o Governo do Estado do Paraná. A tese da oposição, Presidente Anibal Khury, foi derrotada nas eleições passada. Sabemos disso. Mas, quero fazer um apelo ao senhor, não enquanto Deputado militante de uma idéia política. Quero fazer um apelo ao senhor enquanto Presidente do Poder Legislativo, de uma unidade importante da federação que é o Paraná. Dada a relevância, dado ao descaso do Governo, com o mínimo de esclarecimento do que se trata o projeto da venda da COPEL, que Vossa Excelência, na preservação do Poder Legislativo, marque a história do Paraná, garantindo, no mínimo, que o Presidente da COPEL, antes de votar esse projeto, compareça à Assembléia Legislativa e preste alguns esclarecimentos, tanto à Bancada da Situação, quanto à Bancada da Oposição. Esse é um princípio que não podemos abrir mão.

Vossa Excelência tem dado demonstração, ao longo de sua vida, fui testemunha pessoal disso,

que quando a figura de um Parlamentar do Estado do Paraná estava sob qualquer ameaça, do ponto de vista da sua representatividade popular, Vossa Excelência, sem levar em conta cor partidária, sempre esteve na defesa do mandato popular.

Faço um apelo emocionado, não ao meu amigo Anibal Khury, mas ao Presidente desta Casa, que garanta minimamente aquilo que a Constituição do Estado, que é um princípio democrático, que a oposição possa ter a possibilidade de discutir melhor o projeto em votação hoje aqui em pauta.

É esse o apelo que faço, não ao Deputado Anibal Khury, militante de uma corrente política e que hoje exerce a presidência do Poder Legislativo. Talvez, de todos os Poderes, aquele que ao longo da história do nosso País e da República, é a maior expressão da garantia da democracia em território brasileiro, o Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Devo informar ao Deputado Ângelo Vanhoni, que em conversa com o Deputado Valdir Rossoni, em contato mantido com o Presidente da COPEL, atendendo a solicitação da Bancada Governista e da Mesa desta Casa, ele comparecerá amanhã às 10:00 horas, para uma reunião informal com os Senhores Deputados, principalmente com a Bancada da Oposição.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Gostaria de solicitar a Vossa Excelência e à Liderança do Governo, em razão da presença do Presidente da COPEL, amanhã, nesta Casa, que adiássemos hoje a votação e votarmos após a presença dele e as explicações que viesse dar amanhã nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A matéria é constitucional. A 1ª discussão sobre a constitucionalidade, de modo que não há prejuízo na votação.

Antes de iniciar o processo de votação, anuncio o cronograma da votação da Mensagem Governamental sobre a COPEL. Evidentemente, se existir número legal, votaremos hoje em 1ª discussão; amanhã, em 2ª discussão e na sexta-feira, se as emendas ou o substitutivo for aprovado, votaremos finalmente, todos, no horário regimental, quer dizer, às 14:30 horas.

Antes de dar a palavra ao Deputado Rossoni, há um requerimento da Bancada do Governo, solicitando que a Assembléia se transforme em Comissão Geral na sessão de amanhã.

Sendo o Requerimento nº 1971, de autoria dos Senhores Deputados Sérgio Spada, Plauto Miró Guimarães, Joel Coimbra, Luiz Carlos Alborghetti e demais Senhores Deputados, em número de aproximadamente 23 Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para apreciar, com base no inciso I do Art. 107 do Regimento Interno, para o Projeto de Lei nº 471/98, proveniente da Mensagem nº 052/98, que promove a reestruturação da COPEL e autoriza alienar, dar em caução ou em garantia de operações de créditos as ações da COPEL, de propriedade do Estado. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Vossa Excelência acabou de expor para o Plenário desta Casa, o cronograma de votação. Portanto, todos nós Parlamentares estaremos aqui até sexta-feira, que é o dia da votação final. Não vejo razão de transformar essa Plenária em Comissão Geral, uma vez que vamos estar aqui. É só sermos convocados na Comissão de Constituição e Justiça, ou qualquer outra Comissão, nos faremos presentes, todos estamos na cidade nesse período.

Então, achamos que não tem necessidade disto, e se Vossa Excelência colocar em votação, nos manifestaremos contrário a esta transformação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam...

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, o Regimento Interno, no seu artigo 107, § 2º, diz o seguinte: o requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido a discussão e votação, decorridas as 24 horas de sua apresentação, e deverá conter desde logo, o objeto, dia e hora da reunião.

O requerimento está sendo apresentado na sessão de hoje. Portanto, dentro daquilo que prescreve o Regimento, ele só poderia ser apreciado, discutido na sessão de amanhã, conforme estabelece 24 horas após a sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Se tivesse ocorrido o fato mencionado por Vossa Excelência, realmente tínhamos que anunciar para amanhã, mas o requerimento foi apresentado e recebido na sessão de ontem. Talvez Vossa Excelência não tenha prestado atenção mais consciente.

Em votação o requerimento.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. **Aprovado.**

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (**Questão de Ordem**)

Queria justificar o voto do Deputado do PL, já que o PL, por ter apenas um Deputado na Casa, não faz parte de Comissão nenhuma na Assembléia Legislativa. Então, acredito que esses Poderes de Comissão vindo ao Plenário dá mais força à decisão que o PL vai tomar na votação de hoje, de amanhã, de sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Aprovado o requerimento.

Deputado Joel Coimbra, como relator das emendas apresentadas, quero mais uma vez reafirmar o cronograma da votação dessa matéria: amanhã, 2ª discussão; quinta-feira, hora regimental; sexta-feira também, à hora regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, peço só para ser inscrito para falar depois do Deputado Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Para encaminhamento de votação, Vossa Excelência terá 10 minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Não faria hoje o uso da palavra, para que amanhã, após a presença do Presidente da COPEL aqui, tivéssemos a oportunidade de discutir este projeto.

Iniciou-se a discussão desse projeto semana passada, quando a alegação de alguns Parlamentares, de que iríamos ainda votar este projeto na quarta-feira da semana passada. Coisa que não aconteceu. Passamos o final de semana, tivemos oportunidade de estudá-lo. Ontem, tivemos oportunidade de estar presente com o Presidente da COPEL, aqui, na Liderança do Governo, por mais de quatro horas, aonde recebemos sugestões de entidades ligadas à COPEL, onde Deputados que hoje votam a favor desse projeto, apresentaram emendas, fizeram parte do substitutivo apresentado pelo Deputado Joel Coimbra; emendas do Deputado Cezar Silvestri; emendas do Deputado Plauto;

emendas do Deputado Augustinho Zucchi, onde tivemos oportunidade, ontem, de discutir.

E os Parlamentares que presenciaram as sessões da semana passada e desta semana, devem ter presenciado um debate, onde discutimos posições com o Deputado Orlando Pessuti, onde ele alegava que não tinha tido oportunidade de esclarecimentos. E eu, posicionando-me como Líder do Governo, coloquei todos os técnicos do governo que se fizessem necessários para os esclarecimentos, como o fiz ontem aos Deputados que fazem parte da Bancada de sustentação ao governo. E que acho, emendas importantes que fizeram parte do Substitutivo Geral, estão no Substitutivo. Como é o caso da manutenção do Fundo Previdenciário da COPEL. Como é o caso - e aí vem o grande esclarecimento para a população paranaense e tenho tido dificuldades, Senhor Presidente da Assembléia, Senhor Presidente da C.C.J., de falar, porque em todas as oportunidades quando há argumento, a necessidade da privatização da COPEL e da necessidade dos recursos que temos hoje ou o que faremos dos recursos, erguem-se vozes que se dizem democráticas, que dizem que querem o debate, mas quando falamos as verdades, elas são doídas, levantam-se as vozes, falta-se com o respeito.

Quero dizer ao Deputado Vanhoni, ao qual prezo, admiro e respeito, de que não fui falar do outro lado para demonstrar o meu respeito às suas palavras, mas dizer ao Deputado Vanhoni que coragem a este cidadão aqui, nunca faltou. E não será o Deputado Vanhoni que vai vir aqui, dar normas de comportamento a este parlamentar porque estou autorizado, pelo povo do Paraná, a proceder aqui da minha melhor forma: dentro do meu caráter, dentro do que penso. Porque fui novamente autorizado pelo povo paranaense, com 60.928 votos, terceiro do Estado do Paraná, que para mim é orgulho perder apenas para o Deputado Anibal Khury que é, sem sombra de dúvida, o grande Líder do Paraná e para o filho do Prefeito de Londrina, que tem, também um poderio político.

Um cidadão que nasceu no interior, um homem de origem humilde que chega aqui, com 60 mil votos, me desculpe o Deputado Vanhoni, não é Vossa Excelência que pode vir aqui, dizer que me falta coragem, porque para mim sobra coragem e tenho seriedade de sobra para discutir com Vossa Excelência qualquer questionamento, qualquer projeto, porque não tenho vergonha de me posicionar favorável à privatização da COPEL.

E dizer a Vossa Excelência que Vossa Excelência sabe muito bem - e disse aqui, da tribuna - que o nosso grupo político foi autorizado pelo povo paranaense. Verdadeiras, suas afirmações! Mas é impor-

tante dizer que nós, querendo cobrir o buraco deixado no passado, o rombo da extinção do Fundo Previdenciário do Estado, Senhor Presidente, espero que não aconteça o que sempre tem acontecido, principalmente na C.C.J., quando falo que não me têm dado oportunidade. Ouvi os posicionamentos de Vossas Excelências, calado, com atenção, para poder ter oportunidade aqui, de colocar o meu posicionamento.

O mesmo respeito que tive por Vossa Excelência, eu gostaria de ter. Dizer ao povo paranaense que 70% dos recursos que serão usados, serão usados para capitalizar o Fundo Previdenciário do Estado. Ao capitalizar o Fundo Previdenciário do Estado, estamos sim cobrindo uma atitude do passado, porque aí a história nos pergunta: quanto teríamos no Fundo Previdenciário do Estado, se não tivesse sido extinto? Teríamos 500 milhões?

Então, é importante que o povo paranaense tenha conhecimento e vi algumas insinuações e até piadinhas que não é procedimento de Parlamentar que possa discutir esse projeto, insinuar que estávamos votando envergonhados. Estamos votando com responsabilidade, porque se não tivérmos esta atitude, servidores públicos que estão me ouvido aqui neste momento sabem muito bem, que dentro em breve os pensionistas deste Estado não receberão mais, dentro em breve os aposentados não receberão mais.

Seria muito bom que não tivéssemos que privatizar a COPEL, que não tivéssemos que estar votando neste momento, a mesma dor que sente alguns dos senhores, também sentimos. Mas não temos outro caminho, a não ser resolver esse problema que o Paraná está enfrentando, e cobrir, e resolver este problema do Fundo Previdenciário do Estado.

Por isso emendamos sim, o projeto, com a sabedoria de alguns Deputados que ontem participaram da reunião com o Presidente da COPEL, e por telefone com o Secretário Giovanni Gionédís, colocando uma emenda onde diz: "70% dos recursos serão usados para capitalização do Fundo".

Este aqui é o sinal da Bancada do Governo que apóia o Governo Jaime Lerner, para dizer alguns que esqueceram que foram Governo, extinguiram o Fundo e que estamos tendo que resolver o problema neste momento. Seria muito bom não termos que estar tomando esta atitude. Mas é necessário.

É muito fácil hoje, fazer uso da tribuna da oposição e jogar a sua posição para receber aplausos das pessoas que são contrárias ao nosso posicionamento. Mas gostaria de lembrar aos Deputados, não vi esta mesma responsabilidade quando daquela atitude lá atrás impensada, e que hoje colhemos os frutos.

Por isso, Senhor Presidente, com todo o respeito que tenho aos posicionamentos contrários, quero dizer aos Deputados que apóiam o Governo Jaime Lerner, aprovaremos sim estes projetos, discutiremos amanhã com o Presidente da COPEL aqui, como já fizemos ontem e vamos votar, porque temos responsabilidade com o povo.

Obrigado!

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É evidente depois de, tirando a brilhante participação do Líder do Governo, e prestando muito a atenção nos discursos anteriormente proferidos, discursos que na minha avaliação são capitalistas estatizantes, e a história vai mostrando que se o nosso País, a nossa cidade, o nosso Estado têm problemas financeiros, problemas herdados da esquerda festiva que administrou este Estado também, tem que ser resolvido.

Escutei atentamente o Deputado Pessuti falar - a quem respeito, gosto e divirjo - dizer que não se pode vender uma estatal. Quem dizia isso era Castello Branco, quem dizia isso eram os Presidentes do Governo Militar, que dominou o Brasil por mais de dez anos, por mais de quinze anos. Exatamente isso.

São as empresas estatais, com domínio do Governo, por exemplo a COPEL, de quem divirjo da atual administração que não apóia o pequeno empresário do Paraná. São essas empresas cabides de cargos de direção, de cargos em comissão que ganham muito mais do que qualquer outro funcionário público a qualquer nível: municipal, estadual e federal.

Respeito o funcionário que gosta da empresa. Não posso respeitar, nem usar como argumento que não se pode vender uma estatal, aposentadorias realizadas pela COPEL dos dirigentes máximos, aposentadorias, não nesse Governo, de Governos anteriores para cá.

E fico pensando onde, com respeito ao Doutor Parigot de Souza, vem o Deputado me dizer que a Bancada que dá apoio ao Governo não fala, fala, falou o Rossoni. Vou votar a favor da privatização da COPEL, com consciência, com emendas que vou apresentar na questão do mérito na sessão de amanhã. Hoje, é da legalidade, hoje não tem que discutir, nem buscar aplausos de ninguém.

E como dizia o falecido Vereador Aziz A. Domingos, que já foi vaiado por mais de 50 mil pessoas num campo de futebol, é melhor a vaia, é muito melhor a vaia quando você toma a posição, do que ficar calado subserviente. E isso o PL não fica.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, peço Pela Ordem, porque fui citado pelo Deputado-Líder do Governo, Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni, posso até reformular que não quis me referir ao seu caráter, postura ética, pessoa humana.

Vossa Excelência justificou aqui e agora a venda desta empresa, única e exclusivamente para dizer o seguinte: que precisamos corrigir o furo da Previdência dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, com a extinção do Fundão, um tempo atrás.

Se fosse isso verdade, o senhor sabe disso, se essa é a verdadeira intenção do Governo, Vossa Excelência teria aprovado os inúmeros requerimentos que fizemos aqui, durante mais de dois meses, a respeito do pedido de informação, pedindo:

"Onde foram vendidos?"

"Para quem foi vendido?"

"Por quanto foi vendido?"

"Onde foi aplicado o dinheiro?"

"Como está o controle patrimonial dessa empresa?"

"O que será feito?"

"Quanto de recurso temos ainda dessa empresa?"

Vossa Excelência se negou terminantemente a fornecer qualquer informação.

Se Vossa Excelência tem sinceridade da discussão sobre o funcionalismo público, abra a discussão, venha para o debate, o senhor e o seu Governo. Jaime Lerner pode passar pela história como o único Governador que fez uma grande obra para o Estado do Paraná, transformou o Estado do Paraná num canteiro de obras, dando privilégios somente para iniciativa privada, esquecendo a maioria do nosso povo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, quero voltar a afirmar ao Deputado Vanhoni que tenho coragem para discutir no campo moral e no campo político.

Vossa Excelência, como disse muito bem aqui o Deputado Horácio Rodrigues, poderia lhe fazer uma cobrança, mas Vossa Excelência vai se irritar. Vossa Excelência cobra esclarecimentos do Governo quando Vossa Excelência faz parte da Comissão que fiscaliza a venda das ações da COPEL e no primeiro problema que surgiu, renunciou.

Então, ilustre Parlamentar, Vossa Excelência sabe que prezo, pelo respeito por Vossa Excelência, mas se entrarmos neste campo, também poderemos discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Segue-se a sessão com a votação do projeto.

Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

33 (trinta e três) **aprovam.**

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de registrar que votam contra o projeto os Deputados: Doutor Rosinha, Colombo, Nereu Moura, Paulo Gorski, Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Caíto Quintana, Edgar Bueno, Annibelli, José Maria Ferreira e Romanelli.

Votamos contra o projeto de privatização da COPEL.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Também para justificar o nosso voto, já registrado pelo Deputado Florisvaldo Fier, e também porque no pronunciamento do Deputado Horácio Rodrigues fomos mencionados, e no pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni, embora não tenha dito o nosso nome, fez alusão ao Governo a que pertencemos, do PMDB, de 1983 a 1995.

O Deputado Horácio Rodrigues responsabilizou as dificuldades porque passa o Paraná, aos Governos de uma esquerda festiva a quem certamente atribuiu ao Richa, ao João Elísio, ao Álvaro, ao Requião e ao Mário Pereira.

E, o Deputado Valdir Rossoni, mais uma vez da Tribuna, como fez hoje na Comissão de Justiça, diz que a necessidade de privatizar a COPEL e de se criar o Fundo de Previdência, é para tapar o rombos

de um Estado que foi quebrado pelos Governos anteriores.

Senhor Presidente, não entendo que possamos ter quebrado o Estado do Paraná, pois ao final dos Governos do PMDB, em 31.12.94, o Paraná devia um bilhão e quatrocentos milhões em números redondos. Ao final deste mês de dezembro, quatro anos de Governo Jaime Lerner, o Paraná terá acrescentado pelo menos mais oito bilhões no seu endividamento.

Então, quem quebrou o Paraná, com certeza não foram os Governos anteriores, foi o atual Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Trinta e três (33) Senhores Deputados aprovam o projeto, e treze (13) rejeitam.

Aprovado o projeto.

Obedecendo o critério que a Mesa estabeleceu, anunciamos a votação em 2ª discussão, amanhã, na hora regimental e a outra discussão e votação na sexta-feira.

E também convidamos os Senhores Deputados para uma reunião informal, aqui no Plenário, com o Presidente da COPEL. Sua Excelência terá duas horas à disposição da Assembléia.

Passaremos ao restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 662/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná para a Senhora Anice Aboulhossem Messmar. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 206/97, de 24.11.97).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 392/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/98, ficam incluídas as funções de bioquímicos plantonista, cirurgião dentista plantonista, médico plantonista e médico veterinário plantonista, no cargo único de Agente Universitário Plantonista, no pessoal técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior (IES) de que dispõe o Anexo II da Lei nº 11.713 de 07.05.97. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 129, de 13.10.98, mens.).**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/98, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública o Paranaíba Atlético Clube, com sede e foro no Município de Paranaíba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Reserva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos (ADEFICA) de Céu Azul, com sede e foro no Município de Céu Azul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

Está em votação o substitutivo da CCJ. Em Discussão. Em Votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública, a Casa Lar - Sociedade Assistencial Ebenézer, com sede e foro no Município de Jaguapitã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o Substitutivo, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que altera o Art. 5º, da Lei Estadual nº 12.241 (Fundo Especial do Ministério Público), de 28 de julho de 1998. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã com sede e foro no Município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/98, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários das Empresas Cherobim,, com sede e foro no Município de Palmeiras. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 466/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Paraná Vôlei Clube, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Desportos Universitários, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 30.06.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 275/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Desportos Universitários, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santo Inácio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 113, de 18.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 333/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santo Inácio, deste Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral, para melhor adequa-la às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 27.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA
PROJETO DE LEI Nº 333/98

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Inácio - APAE, com sede e foro no Município de Santo Inácio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.10.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/98, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação Creche Martinho Lutero, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 132, de 19.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 411/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Associação Creche Martinho Lutero", com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Moradias Zimbros, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 133, de 20.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 417/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Moradias Zimbros, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.10.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município Fênix. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 133, de 20.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 420/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Fênix - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 24.11.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Medineirense dos Deficientes Físicos de Medianeira, com sede e foro na Cidade de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **APROVADO. (Publ. no D.A. nº 134, de 21.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 421/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Medianeira - Pr, com sede e foro na Cidade de Medianeira - Pr.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 421/98

O artigo 1º do presente plano de lei passa a vigir com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Medianeirense dos Deficientes Físicos - AMEDEF, com sede e foro no Município de Medianeira.

Sala das Comissões, em 27.10.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/98, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Água da Vida - CRAVI, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **APROVADO.** (Publ. no D.A. nº 136, de 26.10.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 426/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Água da Vida - CRAVI, com sede e foro neste Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/97, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 08.11.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PAULO GORSKI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/98, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Estadual de Londrina, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede urbana do Município de Londrina, na esquina das Ruas Goiás e Brasil, com área de 446,25m² contendo benfeitorias. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **APROVADO.** (Publ. no D.A. nº 147, de 16.11.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 453/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 051/98, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à Universidade Estadual de Londrina, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede urbana do Município de Londrina, na esquina das Ruas Goiás e Brasil, com área de 446,25m², contendo benfeitorias.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, encontra-se a mesma em condições de prosseguir sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Técnica, manifesta seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.11.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CESAR, SELEME - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, de IRETAMA. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **APROVADO.** (Publ. no D.A. nº 149, de 18.11.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 463/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, de Iretama.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável a forma de emenda sub-

stitutiva geral para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.98.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 463/98

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Iretama, com sede e foro no Município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Dr. José Gregori. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **APROVADO.** (Publ. no D.A. nº 156, de 25.11.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 475/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor José Gregori.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1981, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1972 e 1973, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1974, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1976, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 1977 a 1979, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1982, de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1984, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1985, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Só queria dizer ao meu particular amigo, Deputado Valdir Rossoni, pelo qual eu tenho uma profunda amizade, que V.Exa. - como eu poderia dizer para fazer V.Exa. entender o choque que eu levei na mesa - V.Exa. não perdeu para o Senhor Antônio Carlos Belinati. Eu também não perdi. V.Exa. perdeu para o Prefeito Antônio Belinati. O Senhor Antônio Carlos Belinati não tinha bagagem suficiente para enfrentar uma eleição para deputado estadual, porque, se eu tivesse em Londrina o poderio, o poder, toda aquela infra-estrutura, eu, os Deputados Durval Amaral, José Maria e o Miltinho seríamos os campeões de votos na história do Brasil.

V.Exa. e todos nós aqui fizemos uma grande votação. A máquina de Londrina, realmente, me assustou, me derrubou e eu caí. Não tinha uma estrutura para fazer aquilo jamais. Com todo o respeito com o Belinati, porque ele é meu particular amigo, mas em política vale tudo. Em com-

pensação quem me elegeu desta vez foi a Capital do Estado, a Região Metropolitana e alguns municípios do Estado do Paraná. Então, não tenho vergonha! Fiz votos em 334 municípios do Estado do Paraná, com muito orgulho. Como V.Exa. fez uma votação maravilhosa, sendo uma prova de que o Sr. teve um mandato sério e honrado, como todos nós fizemos aqui. Como os Deputados Neivo, Luiz C. Martins, Durval Amaral, etc. Enfrentar o poder e o dinheiro é muito difícil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 185, 308, 323, 382, 440 e 443/98.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 346 e 373/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 275, 333, 411, 417, 420, 421, 426, 453, 463, 471 e 475/98.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 324, 380, 418 e 419/98.

Levanta-se a sessão.